



**PREFEITURA
MUNICIPAL DE
CANTAGALO**
Confiança, Honestidade e Trabalho

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

PUBLICADO

Jornal: DOE
Edição: 1294 PG: 1a3
Data: 14 / 07 / 23 a 11

Rúbrica

LEI Nº 1.793/2023, DE 4 DE JULHO DE 2023

**REGULAMENTA A FORMA DE PAGAMENTO DE 13º
SUBSÍDIO E CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS VEREADORES
DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO.**

O Prefeito de Município de Cantagalo, Estado do Rio De Janeiro, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e, assim, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º – O 13º subsídio será pago pela Câmara Municipal aos vereadores nas mesmas datas de pagamento do 13º salário aos servidores públicos municipais, nos moldes do art. 69-A, § 4º da Lei Municipal nº 10/1990.

§ 1º – A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho do Vereador será havida como mês integral para os efeitos do caput deste artigo.

§ 2º – Observado o disposto no parágrafo anterior, o Vereador que tiver o seu mandato extinto perceberá de imediato o 13º subsídio proporcional aos meses de exercício, calculado sobre o subsídio do mês correspondente.

§ 3º – Aplica-se o disposto neste artigo, no que couber, ao Vereador Suplente que tenha exercido a suplência por um período igual ou superior a 15 (quinze) dias consecutivos.

Art. 2º – O Vereador terá direito ao gozo de 30 (trinta) dias férias remuneradas acrescidas de 1/3 (um terço) após cada período de 12 (doze) meses de exercício.

§ 1º – O gozo de férias de que trata o caput deste artigo será preferencialmente usufruído durante o período do recesso parlamentar nos meses de janeiro e/ou julho de cada ano, de forma contínua ou em períodos fracionados.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

§ 2º – O período de concessão de férias de cada Vereador será determinado pelo **Presidente da Câmara Municipal de Cantagalo**.

§ 3º – As férias dos Vereadores poderão ser interrompidas em virtude de convocação extraordinária na forma prevista na **Lei Orgânica** e no **Regimento Interno da Câmara Municipal de Cantagalo**, hipótese em que haverá compensação com o acréscimo de dia(s) ao período total de férias do Vereador.

§ 4º – O Vereador que tiver o seu mandato extinto será indenizado pelo período das férias não gozadas.

§ 5º – Aplica-se o disposto neste artigo, no que couber, ao Vereador Suplente.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos retroativos a 24 de agosto 2017**.

Gabinete do Prefeito, em 4 de julho de 2023.



JOAQUIM AUGUSTO CARVALHO DE PAULA
PREFEITO



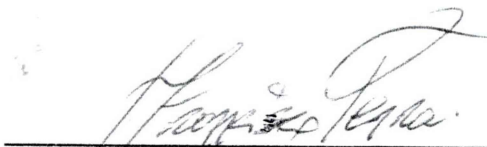
Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Cantagalo

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que conforme a instrução do Tribunal de Contas-RJ, foi implantada na Folha de Pagamento o 13º Salário e 1/3 de Férias dos Vereadores em 2019, com a devida previsão Orçamentária Anual, por isso agora com a regulamentação não está sendo feito o Impacto Financeiro, pois não haverá nenhum acréscimo nesse e nos próximos exercícios.

Cantagalo, 16 de Junho de 2023.



José Francisco Peixoto Terra
Assessor Chefe de Controle Interno
Contador – CRC-RJ 078686/O-1